

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE LIMEIRA – IPML CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS № 02/2021



ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

3.01 - PROCURADOR JURÍDICO

RAMOS DO DIREITO: 30 QUESTÕES

DIREITO CONSTITUCIONAL (05 QUESTÕES):

Constituição: conceito, objeto e elementos. Princípios constitucionais. Controle de constitucionalidade. Sistemas. Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Nacionalidade. Direitos políticos. Organização do Estado. Administração Pública. Princípios. Servidores públicos. Poder Legislativo. Organização. Processo legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Garantias. Vedações. Organização. Competência. Princípios da Administração Pública. Princípios da Ordem Econômica.

DIREITO ADMINISTRATIVO (05 QUESTÕES):

Fontes do Direito Administrativo e princípios básicos. Administração Pública (estrutura administrativa, conceito e poderes do Estado, entidades políticas e administrativas, espécies de agentes públicos). Atividade Administrativa (conceito, natureza e fins, princípios básicos). Organização Administrativa (Administração direta e indireta). Ato Administrativo (conceito, requisitos, atributos, classificação, invalidação). Contratos Administrativos (contratos, formalização, execução). Serviços Públicos, Servidores Públicos. Bens Públicos. Controle da Administração Pública (controle administrativo e judiciário). Responsabilidade Civil da Administração.

DIREITO CIVIL (05 QUESTÕES):

Das pessoas – pessoa natural, pessoa jurídica de direito privado e de direito público; Dos bens; Dos fatos jurídicos – conceito; Dos atos jurídicos – conceito; elementos constitutivos, classificação, defeitos, formas, nulidade, prescrição e decadência; Dos direitos das obrigações; Dos contratos em geral; A propriedade, conceito, generalidades, aquisição, e perda da propriedade móvel e imóvel – a posse – conceito. Da responsabilidade Civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL (05 QUESTÕES):

(LEI N.º 13.105/2015): Processo: noções gerais. Relação Jurídica Processual. Pressupostos Processuais. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Objeto do processo. Mérito. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais. Medidas de contracautela. Suspensão de segurança, de liminar e de antecipação de tutela. Restrições legais à concessão o de liminares e de antecipação de tutela contra o Poder Público. Remessa Oficial. Meios de impugnação à sentença. Do Cumprimento de Sentença. Ação rescisória. Recursos. Disposições Gerais. Apelação. Agravos. Embargos de Declaração. Embargos Infringentes. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Recursos nos Tribunais Superiores. Reclamação e correição. Ação Popular. Ação Civil Pública. Aspectos processuais. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Mandado de Segurança Coletivo. Habeas Data.

DIREITO FINANCEIRO (05 QUESTÕES):

Conceito e objeto. Atividade financeira do Estado. Fontes do Direito financeiro. Constituição Federal de 1988, Título VI, Cap. II. Lei Federal nº 4.320/1964: A Lei do Orçamento. A Receita Pública – conceito e classificação. A Despesa Pública – conceito e classificação, proposta orçamentária, elaboração da Lei do Orçamento, exercício financeiro, créditos adicionais – suplementares, especiais e extraordinários, execução do orçamento. Fundos Especiais, controle da execução orçamentária, contabilidade, autarquias e outras entidades. Lei Complementar nº 101/2000. Receita Pública: Renúncia de receita. Disponibilidade de caixa. Transferências voluntárias. Destinação de recursos públicos para o setor privado. Sistema financeiro nacional. Empréstimos públicos. Conceito, natureza, classificação, princípios, regime constitucional. Limitações impostas pela Lei Complementar nº 101/2000. Operações de crédito. Antecipação de receita. Controle financeiro interno. Controle financeiro externo. Controle pelo Tribunal de Contas. Controle jurisdicional do orçamento. Orçamento e reserva do possível. Jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

DIREITO PREVIDENCIÁRIO (05 QUESTÕES):

Direito Previdenciário: A Previdência Social no Brasil; Regime Geral De Previdência Social – RGPS - Organização da seguridade social; manutenção e perda da qualidade de segurado. Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, Distribuição dos Benefícios segundo a categoria dos beneficiários; Pensão por Morte; Aposentadoria por Idade; Aposentadoria Especial. Aposentadoria por Invalidez. Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Serviço). Abono Permanência. Contribuições Previdenciárias – Restituição/Compensação previdenciária. Gratificações que integram a base de cálculo dos benefícios do RPPS;

LEGISLAÇÃO GERAL (10 QUESTÕES):

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998;

Emenda Constitucional nº 20, de 15 dezembro de 1998;

Emenda Constitucional nº 34, de 13 de dezembro de 2001;

Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;

Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE LIMEIRA - IPML CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS Nº 02/2021



Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012;

Emenda Constitucional nº 88, de 7 de maio de 2015;

Emenda Constitucional nº 103, de 12 novembro de 2019;

Súmula Vinculante nº 33 c/c art. 57 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991;

Regulamentação da Lei Geral da Previdência no Serviço Público: Portaria MPS no 402, de 10 de dezembro de 2008;

Resolução BACEN 3922/2010 Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos RPPS;

Lei de Crimes contra a Previdência: Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000;

Lei Federal nº 10887/04 - Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências;

Lei Federal nº 9.717/98 - Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências;

Lei Federal nº 8.212/91 - Dispõe Lei Orgânica da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências e suas alterações: Artigos nº 3, 10 ao 14, 20 ao 22;

Lei Federal nº 8.213/91 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências;

Lei Federal nº 9.532/97 - Altera a legislação tributária federal e dá outras providências;

Decreto 3.788, de 11 de abril de 2001, institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP;

Lei Complementar Federal nº 152, de 3 de dezembro de 2015, que dispõe sobre aposentadoria compulsória do servidor público;

Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, que institui normas para licitações e contratos no âmbito da adm. Pública:

Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações posteriores, que institui a licitação na modalidade pregão no âmbito da adm. Pública;

Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (10 QUESTÕES):

- ✓ Lei Complementar nº 041 de 20/06/91 "Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Limeira";
- ✓ Lei Complementar n° 487 de 25/09/2009 "Reorganiza o Regime de Previdência Social do município de Limeira e dá outras providências";
- ✓ Lei Complementar nº 855 de 02/01/20 "Dispõe sobre a Reforma Administrativa e do Quadro de Pessoal do IPML e as alterações posteriores (Lei Complementar n° 884, de 19/08/2021): Artigos 6° ao 14; e artigos 23 e 26;
- ✓ Lei Complementar nº 853 de 26/12/19 "Dispõe sobre o Plano de Custeio do IPML, Segregação de Massa de segurados e dá outras providências": Artigos: 2°, 3°, 9°, 10 e 17.